

Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural

Evidence of accounting and absorption capacity in the process of family succession and continuity of rural activity

Cristiane Krüger¹ , Fernanda Souto Machado¹ , Arthur Fagundes Ceolin¹ ,
Guilherme Godoy dos Santos² , Ester Escalante Peiter¹ 

¹Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria (RS), Brasil. E-mails: cristiane.kruger@ufsm.br; fersoutomachado@gmail.com; arthurceolin@gmail.com; esterpeiter21@gmail.com

²EMATER/RS, Santa Maria (RS), Brasil. E-mail: ggsantos@emater.tche.br

Como citar: Krüger, C., Machado, F. S., Ceolin, Á. F., Santos, G. G., & Peiter, E. E. (2023). Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(3), e263003. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263003>

Resumo: Motivado por investigar aspectos sucessórios no agronegócio, buscou-se analisar a contabilidade e as capacidades de absorção (potencial e realizada) como determinantes para o processo de sucessão familiar e a continuidade da atividade rural. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário com produtores rurais da região central do Rio Grande do Sul. A amostra é composta por 200 respondentes. A análise dos dados foi realizada por meio de modelagem de equações estruturais. Para os produtores rurais a sucessão é um processo que ocorre de forma gradual, quando o sucessor estiver apto para assumir as responsabilidades, porém, a maioria não possui sucessores definidos. No modelo validado, a contabilidade explica 10% da sucessão familiar rural; e contabilidade e capacidade de absorção potencial explicam 25,6% a continuidade da atividade rural. Este estudo reduz a lacuna na literatura científica sobre contabilidade, capacidades de absorção, sucessão familiar e continuidade da atividade rural, temáticas raramente retratadas conjuntamente. A pesquisa implica em melhorar a gestão das propriedades rurais frente às temáticas de sucessão familiar e continuidade da atividade rural, realçando a prática da contabilidade junto ao agronegócio. Isso também reflete em fomento para atuação da classe contábil.

Palavras-chave: sucessão no agronegócio, empresas familiares, capacidade de absorção potencial, capacidade de absorção realizada.

Abstract: Motivated by investigating succession aspects in agribusiness, we sought to analyze accounting and absorption capacities (potential and actual) as determinants for the process of family succession and the continuity of rural activity. The data were obtained through the application of rural producers in the central region of Rio Grande do Sul. The sample is composed of 200 respondents. Data analysis was performed through the evaluation of constructed data. Rural producers believe that succession is a process that occurs gradually, when the successor can assume the responsibilities, however, most do not have defined successors. In the validated model, accounting explains 10% of rural family succession, and accounting and potential absorption capacity explain 25.6% of the continuity of rural activity. This study reduces the gap in the scientific literature on accounting, absorption capacities, family succession, and continuity of rural activity, topics rarely discussed together. The research implies improving the management of rural properties in terms of family succession and continuity of rural activity, highlighting the practice of accounting with agribusiness. This also reflects in promoting the performance of the accounting professional class.

Keywords: succession in agribusiness, family businesses, potential absorption capacity, realized absorption capacity.

1 Introdução

Na atividade rural tanto a sucessão quanto a contabilidade ainda são assuntos latentes e imprescindíveis para que os processos ocorram de maneira espontânea, motivando a



continuidade das atividades dos estabelecimentos rurais (Kruger et al., 2018; Raddatz et al., 2020). Nesse contexto, Kruger et al. (2020), Silva et al. (2020) e Souza et al. (2020) apontam que a contabilidade na gestão das atividades rurais, visando auxiliar na análise dos resultados e do desempenho econômico-financeiro, contribui para com a sucessão familiar e continuidade das atividades desenvolvidas no meio rural.

Além disso, quando a sucessão familiar rural é discutida desde cedo, os sucessores aprendem, colaboram e reconhecem seus direitos e deveres dentro da atividade rural, contribuindo para a continuidade do negócio (Keating & Little, 1997). Nesse sentido, insere-se a capacidade de absorção que corresponde a aptidão de adquirir, assimilar, transformar e explorar o conhecimento, podendo resultar em maior inovação e flexibilidade organizacional (Micheels & Nolan, 2016). Para tais autores, os conhecimentos transmitidos pelas gerações podem inovar a empresa familiar por meio das capacidades de absorção (potencial e realizada). Conforme Santos et al. (2021), essas capacidades influenciam na intenção dos sucessores em assumirem a gestão das propriedades rurais de suas famílias. Logo, entende-se que, quando o ambiente de trabalho é estimulante, dinâmico e flexível, a empresa familiar rural se torna mais atrativa para os sucessores (Bertoni & Cavicchioli, 2016). Diante disso, questiona-se: a contabilidade e as capacidades de absorção (potencial e realizada) são determinantes para o processo de sucessão familiar e a continuidade da atividade rural?

Dessa forma, objetiva-se analisar a contabilidade e as capacidades de absorção (potencial e realizada) como determinantes para o processo de sucessão familiar e a continuidade da atividade rural. O presente estudo é motivado pela possibilidade de auxiliar os produtores rurais diante da sucessão familiar do seu negócio, por meio de informações geradas pela contabilidade, o que é fundamentado por Silva et al. (2020) e Souza et al. (2020).

Diante da importância da contabilidade, percebe-se que ela ainda é pouco utilizada no meio rural, devido à pouca obrigatoriedade legal, do desconhecimento sobre a promoção de maior segurança e clareza que ela pode oferecer, e, também, dada a mentalidade conservadora da maioria dos produtores rurais, empecilhos da disseminação dessa ciência (Crepaldi, 2019). Nesse sentido, o presente estudo visa reforçar o papel que a contabilidade rural desempenha como ferramenta para o planejamento, controle, tomada de decisão e continuidade das propriedades rurais, transformando-as em empresas organizadas (Crepaldi, 2019). Permite que o produtor consiga avaliar os recursos necessários para a manutenção dessa atividade (Dias et al., 2019), o que contribui para a execução desta pesquisa.

Além da contabilidade, verificou-se a capacidade de absorção como possível preditora para a intenção em seguir na atividade rural, o que reflete na sucessão familiar rural. É uma capacidade dinâmica capaz de prover a obtenção de conhecimentos externos e integrar no negócio, a fim de manter a competitividade (Santos et al., 2020). Nesse sentido, os jovens, para seguirem gerindo a propriedade rural, precisam despertar a capacidade de absorver informações e transformá-las em conhecimentos que auxiliem o comando do empreendimento rural (Santos et al., 2021). Para os autores, investir na capacidade absorptiva dos possíveis sucessores pode proporcionar resultados melhores na gestão da propriedade. Diante disso, a capacidade de absorção pode determinar a sucessão familiar e a continuidade da atividade rural, motivo pelo qual contribui para a realização desta pesquisa.

Esta pesquisa tem potencial contributivo social, acadêmico e profissional. Social, pois irá auxiliar o produtor rural no conhecimento quanto à sucessão familiar e continuidade da atividade rural. Academicamente vislumbra-se contribuições para o avanço da literatura sobre as temáticas pesquisadas, minimizando lacunas existentes quanto à capacidade de absorção, contabilidade, sucessão e continuidade da atividade rural. Quanto aos aspectos profissionais,

o estudo pode contribuir para a classe profissional contábil demonstrando e divulgando a importância da prática da contabilidade rural junto ao agronegócio.

2 Fundamentação Teórica

A Figura 1 apresenta o modelo teórico com as hipóteses da pesquisa. Por meio do modelo busca-se analisar a contabilidade e as capacidades de absorção (potencial e realizada) como determinantes para o processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural.

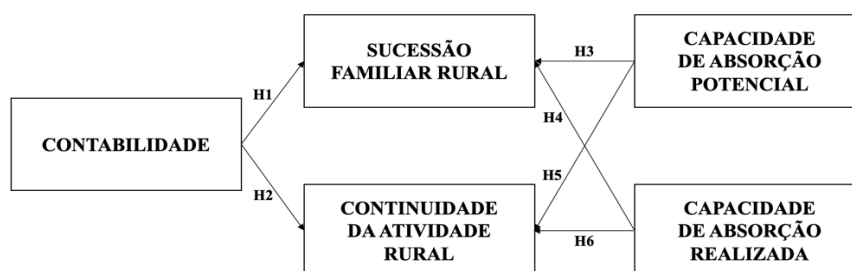


Figura 1 - Modelo teórico proposto e as hipóteses da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 apresenta as relações que foram testadas entre os constructos desta pesquisa. A contabilidade na atividade rural apresenta-se como um importante instrumento de apoio às decisões e aos processos da empresa rural (Ulrich, 2009). Nesse contexto, Kruger et al. (2020), Silva et al. (2020) e Souza et al. (2020) apontam que a contabilidade na gestão das atividades rurais, visando auxiliar na análise dos resultados e do desempenho econômico-financeiro, também é capaz de contribuir para com a sucessão familiar e a continuidade das atividades desenvolvidas no meio rural. Diante disso, espera-se que as ferramentas da contabilidade auxiliem a sucessão familiar rural de forma positiva e significativa. Dessa forma, formulou-se a primeira hipótese de pesquisa: H1 A contabilidade determina significativa e positivamente a sucessão familiar rural.

A contabilidade é um ferramental que vai além do controle patrimonial, sendo capaz de servir de subsídio para a continuidade na atividade rural desenvolvida (Silva et al., 2020). Na atividade rural, tanto a sucessão quanto a contabilidade ainda são assuntos latentes e imprescindíveis para que os processos ocorram de maneira espontânea, motivando a continuidade das atividades dos estabelecimentos rurais (Kruger et al., 2018; Raddatz et al., 2020). Com base nisso, tem-se a segunda hipótese de pesquisa: H2 A contabilidade determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural.

Quando a sucessão familiar é abordada prematuramente, os sucessores compreendem, contribuem e identificam seus direitos e deveres dentro da empresa rural, assim incentivam a continuidade do negócio (Keating & Little, 1997). Dessa forma, é acrescentada à capacidade de absorção que é constituída por uma série de rotinas e processos (Zahra & George, 2002), que possibilitam que a empresa crie uma capacidade de assimilar, adquirir, explorar e transformar o conhecimento. Por consequência, podendo resultar em maior inovação e flexibilidade organizacional (Micheels & Nolan, 2016).

Para Micheels & Nolan (2016), os conhecimentos propagados de geração em geração podem transformar a empresa familiar por meio da capacidade de absorção. A capacidade de absorção para o produtor rural pode afetar positivamente a sucessão (Gellynck et al., 2014).

Essa capacidade absorptiva é segregada em potencial e realizada. A capacidade de absorção potencial é responsável pela aquisição e assimilação de conhecimentos novos, porém ainda sem uso e aplicação (Cassol et al., 2014; Fuchs et al., 2016). Já, a capacidade de absorção realizada é capaz de, além de assimilar, explorar e transformar o conhecimento, a fim de aplicá-lo em forma de inovações (Cassol et al., 2014; Fuchs et al., 2016). Nesse sentido, formularam-se a terceira e a quarta hipóteses de pesquisa: H3 A capacidade de absorção potencial determina significativa e positivamente a sucessão familiar rural; e, H4 A capacidade de absorção realizada determina significativa e positivamente a sucessão familiar rural.

As capacidades absorptivas, potencial e realizada, para Santos et al. (2021), exercem influência sobre a intenção dos sucessores em assumirem a gestão das propriedades rurais das suas famílias. Nesse sentido, a propriedade rural precisa de indivíduos preparados para as necessidades de processos, recursos e relacionamentos para melhorar seu desempenho (Cohen & Levinthal, 1990). Com isso, demonstra-se a relevância do desenvolvimento das capacidades absorptivas para a continuidade do empreendimento rural (Santos et al., 2020). Diante do cenário econômico atual, a continuidade das empresas rurais pode ser compreendida a partir das capacidades absorptivas (Santos et al., 2021). Isto posto, formularam-se a quinta e sexta hipóteses de pesquisa: H5 A capacidade de absorção potencial determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural; e, H6 A capacidade de absorção realizada determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural.

3 Metodologia

No que tange à classificação metodológica a pesquisa enquadra-se como quantitativa, descritiva e de levantamento. A população pesquisada é composta por produtores rurais da região central do Rio Grande do Sul, na qual fazem parte 35 municípios do escritório Regional de Santa Maria, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS). Para o cálculo do tamanho mínimo da amostra optou-se pela proporção mínima definida por Hair Junior et al. (2009). Conforme os autores, nesses casos considera-se a observação mínima por variáveis como sendo de, pelo menos, 5:1. Para este estudo, que contém 32 variáveis, estima-se uma amostra mínima de 160 respostas.

Diante da amostra mínima estipulada, foram coletados 229 questionários. Destes, foram excluídas 29 respostas, das quais 3 obtidas em duplicidade, o que foi identificado por meio dos e-mails disponibilizados pelos respondentes para recebimento do resultado da pesquisa; e 26 foram excluídas por apresentarem mais de 12,5% do instrumento não respondido, tendo em vista que as assertivas apresentadas não se aplicavam à realidade do produtor ou ele não se sentia à vontade para responder. Deste modo, a amostra final é composta por 200 respostas aptas à análise, ultrapassando a amostra mínima estipulada.

A coleta de dados deste estudo foi realizada por meio de uma pesquisa com produtores rurais, no ano de 2021, com a aplicação de um questionário. Para os constructos de sucessão, continuidade e contabilidade o instrumento foi adaptado de Kruger et al. (2018, 2020) já, para as questões das capacidades de absorção as assertivas foram adaptadas de Micheels & Nolan (2016). A Tabela 1 apresenta as variáveis e respectivas siglas para cada dimensão pesquisada no segundo bloco do questionário.

Tabela 1 - Constructos e variáveis da pesquisa

Siglas	Assertivas
Sucessão familiar rural (SFR)	
SFR1	Quando não puder mais atuar na atividade, provavelmente os filhos continuarão a produção no meio rural.
SFR2	Vê os filhos/netos/sobrinhos como sucessores na área rural, pois demonstram interesse em continuar na atividade.
SFR3	O tamanho da propriedade é suficiente, assim os filhos não precisam comprar áreas para continuarem na atividade rural.
SFR4	A sucessão na atividade rural ocorre/ocorrerá gradualmente, conforme o sucessor estiver pronto para assumir as responsabilidades.
SFR5	Os pais e familiares incentivam a continuidade dos jovens na atividade rural.
SFR6	A família discute a sucessão da propriedade e atividade rural.
SFR7	Na família já se tem um sucessor definido para continuar a atividade rural.
Continuidade da atividade rural (COA)	
COA1	Pretende ficar na área rural enquanto puder trabalhar.
COA2	Nos próximos 12 meses deve realizar investimentos para melhorias da produção da propriedade (compra de maquinários, construções, reformas)
CCOA3	Pretende ampliar a área da propriedade por meio da compra de terras ou ampliação da produção.
COA4	Mesmo que surja oportunidade, não pretende vender ou arrendar a propriedade para morar na cidade.
COA5	Oportunidade de crescimento e rentabilidade dos negócios motivam a continuar no meio rural.
COA6	Qualidade de vida no meio rural estimula a continuar na atividade.
COA7	Sente admiração pela atividade rural e gosta do meio rural.
COA8	Recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos e custos contribuem para a permanência na atividade.
Contabilidade na continuidade e sucessão familiar rural (CCS)	
CCS1	A contabilidade auxilia os produtores por meio de informações sobre os resultados econômicos e financeiros e controle patrimonial da atividade rural.
CCS2	Por meio da contabilidade (como adoção do controle de caixa) são obtidas informações sobre as despesas/custos e receitas, permitindo apurar o resultado da atividade rural.
CCS3	A gestão da propriedade e continuidade das atividades rurais é melhorada com o uso da contabilidade.
CCS4	A contabilidade auxilia na transferência do capital do fundiário entre os sucessores.
CCS5	Os aspectos tributários são melhor avaliados com a utilização da contabilidade.
CCS6	A contabilidade contribui para o planejamento de curto e longo prazo da propriedade rural.
CCS7	Propicia maior conhecimento do produtor rural para a tomada de decisão.
CCS8	A finalidade da contabilidade é prestar contas ao fisco (governo).
Capacidade de absorção (CA)	
Capacidade de absorção potencial (CAP)	
CAP1	As pessoas da propriedade rural têm interações frequentes com parceiros de negócios para adquirir novos conhecimentos. (Ex: Cooperativa, Sindicato, Emater, Técnicos agrícolas, Agrônomos).
CAP2	Informações da atividade rural são obtidas por meios informais (por exemplo, almoço com amigos/vizinhos do setor, conversas com parceiros comerciais, internet).
CAP3	Reconhecemos rapidamente as mudanças nas possibilidades técnicas.
CAP4	Analizam-se e interpretam-se rapidamente as mudanças nas demandas do mercado.

Fonte: Adaptado de Kruger et al. (2018, 2020) e de Micheels & Nolan (2016).

Tabela 1 - Continuação...

Siglas	Assertivas
Capacidade de absorção realizada (CAR)	
CAR1	A propriedade considera regularmente as consequências das mudanças nas demandas do mercado em termos de novos produtos e serviços.
CAR2	O conhecimento recém-adquirido (cursos/treinamentos) é registrado e armazenado para referência futura.
CAR3	A cada mês são discutidos com consultores/técnicos como as mudanças no mercado podem ser usadas para aprimorar as atividades rurais.
CAR4	Na propriedade existe uma divisão clara de funções e responsabilidades.
CAR5	A aplicação de informações externas à propriedade contribui para a lucratividade.

Fonte: Adaptado de Kruger et al. (2018, 2020) e de Micheels & Nolan (2016).

As questões da Tabela 1 foram respondidas pelos produtores rurais conforme uma escala tipo Likert, correspondendo a seguinte gradação: 1 = Discordo Totalmente, 2 = Discordo Parcialmente, 3 = Indiferente (Nem Concordo, nem Discordo), 4 = Concordo Parcialmente e 5 = Concordo Totalmente, de acordo com a percepção do respondente diante de cada uma das 32 assertivas que compõem o instrumento. Sendo atribuído 0 quando a situação não se aplica.

As respostas dos pesquisados foram coletadas de modo presencial na Secretaria de Desenvolvimento Rural situada na Prefeitura Municipal de Santa Maria, do dia 15 ao dia 25 de março de 2021. Além disso, foi realizada coleta de dados de forma on-line, com o apoio do escritório Regional de Santa Maria da EMATER-RS, do dia 23 de abril de 2021 ao dia 10 de maio de 2021, por meio do qual o instrumento de pesquisa foi enviado por WhatsApp para 388 produtores distribuídos entre os 35 municípios que fazem parte da região delimitada. Além disso, foram realizadas coletas por meio de contato telefônico com alguns desses produtores rurais, com apoio da EMATER/RS da região Central, parceira nesta pesquisa.

A partir da coleta de dados, os questionários foram tabulados no programa Microsoft Office Excel®. Para as análises, iniciou-se com a descrição do perfil da amostra definida por meio do primeiro bloco do questionário aplicado. Por fim, com a finalidade de mensurar as relações de influência entre os constructos pesquisados utilizou-se da Modelagem de Equações Estruturais (Structural Equation Modeling - SEM). O tratamento da modelagem foi realizado pelo software SmartPLS®, conforme indica a Tabela 2.

Tabela 2 - Avaliação do Modelo de Mensuração

Teste	Critérios	Conceito
Consistência Interna		
Alfa de Cronbach (α)	$0,7 < \alpha < 0,95$	É a estimativa da confiabilidade baseada nas intercorrelações das variáveis observadas (Hair Junior et al., 2014).
Confiabilidade Composta (ρ_c)	$0,7 < \rho_c < 0,95$	É a verificação de as VL's são "não viesadas" (Hair Junior et al., 2014).
Validade Convergente		
Variância Média Extraída - VME	$VME > 0,5$	É a porção que os dados são explicados pelas VL's. (Ringle et al., 2014).
Validade Discriminante		
Cargas Fatoriais Cruzadas (CFC)	CFC original > CFC demais	É a correlação das VO's com as VL's. (Ringle et al., 2014).

Fonte: Elaborado por Lopes et al. (2020), adaptado de Ringle et al. (2014).

Tabela 2 - Continuação...

Teste	Crítérios	Conceito
Critério Fornell-Larcker	$\sqrt{VME} > r_{ij}$, para $i \neq j$	É a comparação das raízes quadradas das VME's com as correlações de Pearson (Fornell & Larcker, 1981).
Critério <i>Heterotrait-Monotrait Ratio</i> (HTMT). Confirmado pelo método <i>Bootstrapping</i>	HTMT < 0,9 $LS_{97,5\%} HTMT < 1,0$	É um critério mais eficiente que o de Fornell Larcker, vem a ser uma estimativa da correlação entre as VL's. (Netemeyer et al., 2003).
Avaliação do Modelo Estrutural Avaliação da Colinearidade <i>Variance Inflation Factor</i> (VIF)	VIF < 5	A existência de fortes correlações entre as VL's, indica problemas de colinearidade (Hair Junior et al., 2017).
Tamanho do efeito (f^2); Confirmado pelo método <i>Bootstrapping</i> .	$0,02 \leq f^2 \leq 0,075$ (pequeno efeito); $0,075 \leq f^2 \leq 0,225$ (médio efeito); e $f^2 > 0,225$ (grande efeito)	Avalia a utilidade de cada VL's endógenas para o ajuste do modelo (Cohen, 1988; Hair Junior et al., 2014; Lopes et al., 2020).
Coefficiente de Explicação (R^2); Confirmado pelo método <i>Bootstrapping</i> .	$0,02 \leq R^2 \leq 0,075$ (efeito fraco); $0,075 < R^2 \leq 0,19$ (efeito moderado); e $R^2 > 0,19$ (efeito forte)	Avalia a porção da variabilidade das VL's predictoras (endógenas) (Cohen, 1988; Lopes et al., 2020).
Validade do coeficiente estrutural (β); Confirmado pelo método <i>Bootstrapping</i> .	$H_1: \beta \neq 0$ $t_C > 1,96$ ($p < 0,05$)	Avalia a significância do valor do coeficiente estrutural (confirmação da hipótese ou não) (Hair Junior et al., 2014).
Relevância preditiva (Q^2); Confirmado pelo método <i>Blindfolding</i> .	$Q^2 > 0$ $0,01 \leq Q^2 \leq 0,075$ (grau fraco); $0,075 < Q^2 \leq 0,25$ (grau moderado); e $Q^2 > 0,2$ (grau forte)	Avalia o grau de acurácia do modelo final. (Chin, 2010; Hair Junior et al., 2017; Lopes et al., 2020).

Fonte: Elaborado por Lopes et al. (2020), adaptado de Ringle et al. (2014).

4 Resultados e Discussão

4.1 Perfil dos produtores e das propriedades rurais pesquisadas

Na Tabela 3 são apresentados alguns dados referentes ao perfil dos respondentes, indicando sexo, escolaridade, faixa etária e estado civil.

Tabela 3 - Perfil dos produtores rurais pesquisados

Sexo	Fi Abs.	Fi Rel.	Idade	Fi Abs.	Fi Rel.
Feminino	52	26,00%	18 a 20 anos	3	1,50%
Masculino	148	74,00%	21 a 30 anos	39	19,50%
Total	200	100%	31 a 40 anos	30	15,00%
			41 a 50 anos	51	25,50%
			51 a 60 anos	58	29,00%
Escolaridade	Fi Abs.	Fi Rel.	61 a 70 anos	15	7,50%
Não estudou	1	0,50%	acima de 71 anos	4	2,00%

Fonte: Autores.

Tabela 3 - Continuação...

Sexo	Fi Abs.	Fi Rel.	Idade	Fi Abs.	Fi Rel.
Ens. fundam. incompleto	46	23,00%	Total	200	100%
Ens. fundam. completo	22	11,00%	Estado Civil	Fi Abs.	Fi Rel.
Ens. médio incompleto	12	6,00%	Solteiro(a)	50	25,00%
Ens. médio completo	51	25,50%	Casado(a)/ União Estável	134	67,00%
Curso téc. em and. ou concluído	17	8,50%	Separado(a)/ Divorciado(a)	11	5,50%
Curso sup. em and. ou concluído	51	25,50%	Viúvo(a)	5	2,50%
Total	200	100%	Total	200	100%

Fonte: Autores.

Por meio da Tabela 3 nota-se que o sexo com maior predominância entre os respondentes é o masculino, com aproximadamente 74%, evidenciando predomínio masculino no campo, ao contrário da população brasileira, na qual as mulheres são maioria (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). Quanto à idade, a faixa etária mais prevalente é entre 51 e 60 anos (29%), seguida da faixa etária de 41 a 50 anos (25,50%). Kruger et al. (2020), que estudaram produtores rurais em Santa Catarina, também constataram a experiência e o envelhecimento dos produtores rurais. Uma idade maior dos respondentes pode evidenciar o êxodo rural, e mostra a relevância de pesquisas com temáticas de continuidade e sucessão na atividade rural. Para Brandt (2015) e Santos & Kieling (2020), a busca por oportunidades nas cidades pelos jovens, acaba por resultar em uma população rural predominantemente envelhecida, o que suporta os resultados averiguados.

Em relação ao estado civil da amostra, 67% são casados ou têm uma união estável com seu parceiro; e 25% são solteiros. Quanto ao nível de escolaridade dos produtores rurais, observa-se que 51 (25,5%) responderam ter curso superior em andamento ou concluído; 51 (25,5%) ensino médio completo; 46 (23%) realizaram parte do ensino fundamental; 22 (11%) apresentam o ensino fundamental completo; 17 (8,5%) têm curso técnico em andamento ou concluído; 12 (6%), possuem ensino médio incompleto e apenas um informou que não estudou.

Segundo Paula Junior (2019), com as máquinas e equipamentos mais aprimorados pela tecnologia, diminuiu a proporção de produtores rurais sem escolaridade. Contribuem Kruger et al. (2018), que também encontraram maior representatividade de produtores que possuem curso superior completo ou em andamento. Os cursos com maior recorrência entre os participantes com curso superior concluído ou em andamento são Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Direito e Administração. Quanto aos cursos técnicos, o curso Técnico em Agropecuária foi o mais assíduo. Na Tabela 4 consta a quantidade de filhos que os produtores rurais possuem.

Tabela 4 - Quantidade de filhos dos produtores rurais respondentes

Filhos	Fi Abs.	Fi Rel.
Nenhum filho	49	24,50%
1 filho	53	26,50%
2 filhos	65	32,50%
3 filhos	25	12,50%

Fonte: Autores.

Tabela 4 - Continuação...

Filhos	Fi Abs.	Fi Rel.
4 filhos	6	3,00%
Mais de 4 filhos	2	1,00%
Total	200	100,00%

Fonte: Autores.

A partir da Tabela 4 é possível analisar que a maioria dos respondentes (75,5%) possui algum filho, sendo dois filhos a resposta prevalecente (32,50%). Em seguida, analisou-se o enquadramento do profissional rural, se pessoa física ou jurídica, se é cooperado de alguma cooperativa rural e se exerce outra profissão em paralelo à atividade rural (Tabela 5).

Tabela 5 - Caracterização do profissional rural

Produtor Rural Pessoa Física ou Jurídica	Fi Abs.	Fi Rel.
Pessoa Física (CPF)	197	98,50%
Pessoa Jurídica (CNPJ)	3	1,50%
Total	200	100,00%
Cooperado de alguma cooperativa	Fi Abs.	Fi Rel.
Sim	142	71,00%
Não	58	29,00%
Total	200	100,00%
Exerce outra profissão em paralelo	Fi Abs.	Fi Rel.
Sim	58	29,00%
Não	142	71,00%
Total	200	100,00%

Fonte: Autores.

É possível observar, com base na Tabela 5, que quase a totalidade dos respondentes desempenha a atividade rural como pessoa física (98,50%). O que é suportado pelos estudos assemelhados de Ambrós et al. (2019) e Raddatz et al. (2020), que também constataram o predomínio da atuação sob essa personalidade. Por motivos culturais e tributários, os produtores rurais ainda preferem desenvolver a atividade rural como pessoa física, podendo ser um fator que dificulte a sucessão, pois há a divisão entre herdeiros, diminuindo a unidade produtiva (Alcântara & Machado Filho, 2014).

Cabe destacar que a atividade rural exercida na forma de pessoa física não é obrigada a possuir o auxílio de um profissional contábil, tendo a liberdade de optar por esse assessoramento ou por buscar diferentes fontes de apoio (Ambrós et al., 2019). Nesse cenário, o custo pela assessoria de um profissional da contabilidade pode fazer com que os agricultores busquem pelo apoio gratuito dos órgãos de classe (como os sindicatos) ou do governo (como a EMATER), a fim de esclarecer dúvidas e obter orientação (Ambrós et al., 2019).

Percebe-se que 71% dos respondentes são cooperados de alguma cooperativa rural. Esse resultado vai ao encontro do verificado por Ambrós et al. (2019), na qual a maioria dos produtores rurais têm na cooperativa uma das formas de atualização sobre obrigações legais e assuntos fiscais. O agronegócio é dependente de diversos fatores como o clima e o mercado, o que faz com que os produtores rurais necessitem de informação, a fim de conhecer sobre os fatores que influenciam na sua produtividade, sendo a cooperativa um meio informacional (Fonseca et al., 2015; Kruger et al., 2009).

Ainda, observa-se que a maioria dos produtores rurais pesquisados não exercem outra atividade em paralelo à atividade rural. Por fim, pode-se concluir que o perfil dos produtores rurais pesquisados é caracterizado por homens, casados ou em união estável, idade entre 51 e 60 anos, com ensino médio completo ou ensino superior em andamento ou concluído, possuindo dois filhos. Além disso, exercem a atividade rural como pessoa física e são cooperadores de alguma cooperativa rural. Em seguida apurou-se o faturamento bruto anual e a área produzida pelos produtores, considerando o último período encerrado (Tabela 6).

Tabela 6 - Faturamento bruto anual e área produzida

Faturamento bruto anual	Fi Abs.	Fi Rel.	Área (ha)	Fi Abs.	Fi Rel.
Até R\$ 50.000,	74	37,00%	1 a 25	75	37,50%
De R\$ 51.000, a R\$ 250.000,	58	29,00%	26 a 50	41	20,50%
De R\$ 251.000, a R\$ 550.000,	18	9,00%	51 a 100	27	13,50%
De R\$ 551.000, a R\$ 750.000,	19	9,50%	101 a 500	38	19,00%
De R\$ 751.000, a R\$ 1.000.000,	12	6,00%	501 a 1000	13	6,50%
Acima de R\$ 1.000.000,	19	9,50%	acima de 1000	6	3,00%
			Total	200	100,00%

Fonte: Autores.

Sobre o faturamento anual bruto e a área produzida das propriedades (Tabela 6), o intervalo até R\$ 50 mil (37%) e até 25ha possuem destaque. Esse resultado é suportado pelos estudos que demonstram a predominância de pequenos produtores rurais no Brasil, reflexo de um faturamento bruto anual baixo e do tamanho menor da área cultivada (Kruger et al., 2009, 2014, 2020; Hofer et al., 2006). A Tabela 7 revela a geração das famílias pesquisadas.

Tabela 7 - Gerações da família no comando da propriedade rural

Geração da família no meio rural	Fi Abs.	Fi Rel.
1ª a 2ª geração	48	24,00%
1ª a 3ª geração	23	11,50%
2ª a 3ª geração	54	27,00%
3ª a 4ª geração	75	37,50%
Total	200	100,00%
Geração atual na propriedade	Fi Abs.	Fi Rel.
1ª a 2ª geração	48	24,00%
1ª a 3ª geração	23	11,50%
2ª a 3ª geração	54	27,00%
3ª a 4ª geração	75	37,50%
Total	200	100,00%

Fonte: Autores.

Observa-se na Tabela 7 que há predominância das 3ª e 4ª gerações (37,50%) das famílias no meio rural, indo ao encontro dos achados de Kruger et al. (2020). Para Alcântara & Machado Filho (2014), a clareza na comunicação entre os familiares e herdeiros acarretam a diminuição de conflitos e no auxílio para um processo de sucessão exitoso, resultando em organizações duradouras ao longo das diferentes gerações familiares.

A sucessão familiar no agronegócio depende das particularidades e características da família e do planejamento (Kruger et al., 2018; Alcântara & Machado Filho, 2014). Verifica-se que a maioria dos respondentes se encontram na 3ª geração (54%) da família desde que iniciaram na atividade rural; seguida pela 2ª geração (20,5%); 4ª geração (16,0%) e 1ª geração (9,5%).

Diante disso, conclui-se que nas propriedades rurais pesquisadas as atividades rurais que se destacam são a pecuária e a soja, com a predominância de três pessoas residindo e trabalhando na propriedade, e com prevalência da atividade rural exercida de modo familiar, sem funcionários com carteira assinada. Ainda, possuem área de até 25ha e faturamento bruto anual de até R\$ 50.000,00, caracterizando-se como pequenos produtores rurais. A maioria das famílias situam-se nas 3ª a 4ª gerações no meio rural, cuja maior parte dos respondentes está atuando na atividade rural na 3ª geração da família.

4.2 Determinantes para sucessão familiar e continuidade da atividade rural

Para demonstrar os determinantes da sucessão familiar e da continuidade da atividade rural utilizou-se a modelagem de equações estruturais (SEM). Na Figura 2 é possível observar a demonstração do modelo de mensuração da fase exploratória.

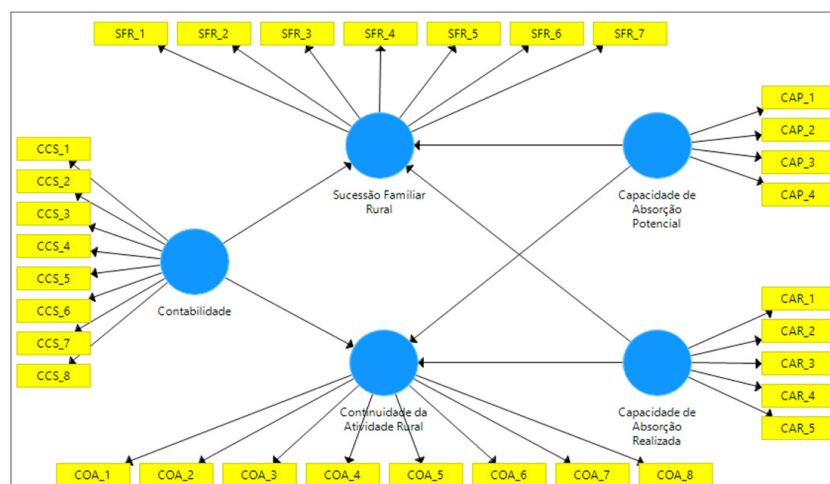


Figura 2 - Modelo de mensuração para sucessão familiar e continuidade da atividade

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

A Figura 2 apresenta o modelo exploratório com as devidas hipóteses do estudo que foi embasado no modelo teórico proposto para sucessão familiar e continuidade da atividade rural. A fim de avaliar o modelo de mensuração foi analisada a validade convergente dos constructos (Hair Junior et al., 2009).

A partir da primeira análise dos resultados verificou-se que a VME dos constructos foi de 0,561 para CCS; 0,511 para CAP; 0,510 para CAR; 0,292 para COA e 0,405 para SFR. A partir disso, foi necessário excluir itens de cada constructo, que apresentaram cargas fatoriais menores que 0,5 (Ringle et al., 2014). Foram eliminados os seguintes itens com suas respectivas cargas fatoriais, da COA: COA_4 (0,358); COA_3 (0,415); COA_8 (0,432); COA_1 (0,556) e COA_7 (0,581). Com a exclusão, o constructo passou a apresentar uma VME de 0,558. O mesmo foi realizado com a SFR, eliminando as questões SRF_3 (0,180) e SFR_4 (0,549), resultando uma VME de 0,530 para SFR. O item CAP_2 (0,479) do constructo de capacidade de absorção potencial

também foi excluído (0,592). Além disso, excluiu-se o item CCS_8 (-0,081) do constructo de contabilidade, por ter uma carga fatorial muito baixa.

Juntamente com a VME analisou-se a consistência interna por meio do Alfa de Cronbach (α) e a Confiabilidade Composta (ρ_c), de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8 - Confiabilidade e validade dos constructos

Constructos	Alfa de Cronbach	Confiabilidade Composta	Variância Média Extraída
Capacidade de Absorção Potencial	0,666	0,813	0,592
Capacidade de Absorção Realizada	0,763	0,837	0,511
Contabilidade	0,907	0,926	0,642
Continuidade da Atividade Rural	0,608	0,789	0,558
Sucessão Familiar Rural	0,776	0,848	0,53

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Diante da Tabela 8 percebe-se que para a VME todos os valores são adequados, evidenciando a validade convergente e refletindo o quanto os dados são explicados pelas variáveis latentes (Ringle et al., 2014). Em relação à consistência interna, é possível observar que o Alfa de Cronbach é adequado para os constructos de capacidade de absorção realizada, contabilidade e sucessão familiar rural, pois se encontra acima de 0,7 (Hair Junior et al., 2014). Para a Capacidade Potencial (0,666) e a Continuidade da Atividade Rural (0,608), conforme Hair Junior et al. (2007), valores acima de 0,6 são aceitáveis, logo, consideram-se tais resultados como satisfatórios. Verificando a Confiabilidade Composta, que avalia se o item representa o constructo latente, constatou-se que todos os constructos estão dentro do critério estipulado por Hair Junior et al. (2014), com valores entre 0,7 e 0,95.

Além disso, deve-se avaliar o modelo de mensuração por meio da validade discriminante. Para isso foram consideradas as Cargas Fatoriais Cruzadas, o Critério Fornell-Larcker e o Critério HTMT. Na Tabela 9 apresentam-se as Cargas Fatoriais Cruzadas.

Tabela 9 - Cargas fatoriais cruzadas

VO\VL	CAP	CAR	CCS	COA	SFR
CAP_1	0,764	0,413	0,341	0,376	0,312
CAP_3	0,759	0,439	0,402	0,318	0,113
CAP_4	0,785	0,407	0,315	0,314	0,177
CAR_1	0,535	0,771	0,296	0,367	0,198
CAR_2	0,317	0,742	0,221	0,256	0,218
CAR_3	0,434	0,789	0,263	0,307	0,246
CAR_4	0,212	0,524	0,084	0,105	0,118
CAR_5	0,356	0,715	0,286	0,263	0,119
CCS_1	0,418	0,258	0,818	0,409	0,276
CCS_2	0,303	0,238	0,773	0,363	0,169
CCS_3	0,356	0,276	0,848	0,291	0,124
CCS_4	0,314	0,291	0,769	0,279	0,253
CCS_5	0,327	0,276	0,844	0,351	0,205
CCS_6	0,424	0,308	0,764	0,227	0,15
CCS_7	0,423	0,273	0,787	0,266	0,237
COA_2	0,388	0,393	0,283	0,789	0,316
COA_5	0,335	0,314	0,323	0,808	0,287

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Tabela 9 - Continuação...

VO\VL	CAP	CAR	CCS	COA	SFR
COA_6	0,252	0,101	0,310	0,632	0,124
SFR_1	0,232	0,239	0,178	0,303	0,814
SFR_2	0,222	0,199	0,214	0,300	0,820
SFR_5	0,125	0,157	0,059	0,175	0,592
SFR_6	0,243	0,163	0,257	0,194	0,651
SFR_7	0,155	0,187	0,185	0,247	0,736

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

As variáveis observadas apresentaram maiores valores quando juntas às suas respectivas variáveis latentes (dimensões) (Tabela 9), o que indica, segundo Ringle et al. (2014), que existe validade discriminante. Adiante, na Tabela 10, constam os indicadores de validade discriminantes com base nos critérios Fornell-Larker e HTMT.

Tabela 10 - Validade discriminante pelos critérios Fornell-Larker e HTMT

Dimensões	\sqrt{AVE}	Correlação				
		CAP	CAR	CCS	COA	SFR
CAP	0,769	1,000				
CAR	0,715	0,544	1,000			
CCS	0,801	0,456	0,339	1,000		
COA	0,747	0,443	0,387	0,401	1,000	
SFR	0,728	0,279	0,262	0,261	0,341	1,000
HTMT						
		CAP	CAR	CCS	COA	SFR
CAP						
CAR		0,724				
CCS		0,589	0,392			
COA		0,669	0,501	0,533		
SFR		0,348	0,329	0,286	0,471	

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

O critério de Fornell-Larker foi atingido, visto que com base na Tabela 10, observa-se que os valores das raízes quadradas das VME's são maiores para os respectivos constructos diante das correlações entre as demais dimensões, o que demonstra validade discriminante do modelo (Fornell & Larcker, 1981). Para o critério HTMT (Tabela 10), constatou-se que todas as correlações obtiveram pontuações menores que 0,9 indicando validade discriminante (Netemeyer et al., 2003). Os resultados atendem a exigência do critério de HTMT, confirmado pelo método de Bootstrapping para 5.000 subamostras, ou seja, os LS (HTMT)_{97,5%} < 1,00.

Após a avaliação do modelo de mensuração, a Figura 3 apresenta o modelo estrutural, resumindo os resultados obtidos na análise por meio da modelagem de equações estruturais.

A partir da exclusão das variáveis COA_4, COA_3, COA_8, COA_1, COA_7, SRF_3, SFR_4, CAP_2 e CCS_8, a Figura 3 constata os valores auferidos para os coeficientes internos do modelo, cargas externas do modelo e os valores da VME. Diante disso, o modelo de mensuração apresenta validade convergente, consistência interna e validade discriminante, conforme analisado anteriormente. Atendidos tais critérios, avalia-se o modelo estrutural.

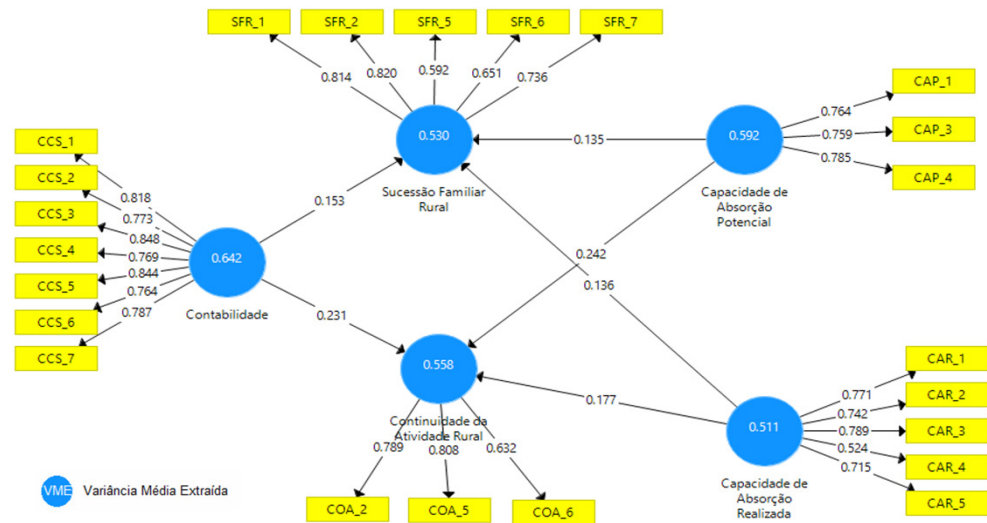


Figura 3 - Modelo estrutural¹

Nota. ¹ VO: cargas fatoriais externas; VL: VME; Modelo interno: coeficientes estruturais.

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Para análise do modelo estrutural, conforme Hair Junior et al. (2017), deve ser verificado problemas de Colinearidade (*Variance Inflation Factor* - VIF), Tamanho do Efeito (f^2), Coeficiente de Explicação (R^2 e $R^2_{ajustado}$), Validade do Coeficiente Estrutural (β) e Relevância Preditiva (Q^2). Dessa forma, na Tabela 11 são evidenciados os resultados para VIF, f^2 , R^2 e $R^2_{ajustado}$.

Tabela 11 - Colinearidade, Tamanho do Efeito e Coeficiente de Explicação

Dimensões Exógenas	Dimensões Endógenas			
	COA		SFR	
	VIF	f^2	VIF	f^2
CAP	1,610	0,050	1,610	0,013
CAR	1,442	0,030	1,442	0,014
CCS	1,281	0,057	1,281	0,021
R^2	0,268		0,113	
$R^2_{ajustado}$	0,256		0,100	

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Para o VIF ser adequado, segundo Hair Junior et al. (2017), os valores precisam ser menores que 5, o que se confirma com base na Tabela 11. Para o Tamanho do Efeito (f^2), por sua vez, percebe-se que para COA todos os efeitos para as variáveis exógenas foram considerados pequenos, pois os valores constam entre $0,02 \leq f^2 \leq 0,075$. Enquanto para a SFR apenas a Contabilidade apresentou efeito, considerado pequeno (Lopes et al., 2020).

Ainda, verificou-se os Coeficientes de Explicação (R^2 e $R^2_{ajustado}$), que avaliam a porção da variabilidade das variáveis latentes predictoras (endógenas) (Cohen, 1988; Lopes et al., 2020). Para COA o modelo apresenta poder explicativo considerado forte ($R^2 > 0,19$), enquanto para SFR o poder explicativo é moderado ($0,075 < R^2 \leq 0,19$).

Isto posto, na Tabela 12 são demonstrados os valores para validade do coeficiente estrutural (β), a fim de avaliar as hipóteses de pesquisa.

Tabela 12 - Avaliação dos coeficientes estruturais

Hip.	Dimensões Exógenas	Dimensões Endógenas	Beta (β)	Desvio Padrão (STDEV)	Estatística t ($ Beta/STDEV $)	p-valor	Situação
H1	CCS	Sucessão	0,153	0,076	2,018	0,044	Aceita
H3	CAP	Familiar	0,135	0,100	1,357	0,175	Rejeitada
H4	CAR	Rural	0,136	0,091	1,498	0,134	Rejeitada
H2	CCS	Continuidade	0,233	0,097	2,386	0,017	Aceita
H5	CAP	da Atividade	0,242	0,110	2,204	0,028	Aceita
H6	CAR	Rural	0,174	0,104	1,702	0,089	Rejeitada

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Com base na Tabela 12, quanto à primeira hipótese (H1), que trata a contabilidade como determinante para a sucessão familiar rural (CCS \rightarrow SFR), os resultados foram significativos ($\beta = 0,153$, $t = 2,018$, p-valor = 0,044). Ou seja, os respondentes acreditam que a contabilidade influencia a sucessão familiar nas empresas rurais, suportando a primeira hipótese. Esse resultado reforça a compreensão da contabilidade como um ferramental essencial para a gestão da propriedade rural (Ulrich, 2009), inclusive quanto aos aspectos sucessórios (Kruger et al., 2020; Silva et al., 2020; Souza et al., 2020).

A sucessão familiar acontece quando o comando da propriedade passa de geração para geração, e para que esse processo aconteça sem problemas e riscos para a empresa, são necessárias ferramentas voltadas para o planejamento e a geração de informações (Leone, 2005). Renda na atividade rural e planejamento sucessório aumentam as chances de ter um sucessor (Pessotto et al., 2019). Conforme resultados apurados, os produtores rurais pesquisados ainda não possuem um sucessor definido para continuar a atividade rural, logo, a contabilidade pode auxiliar nesse processo, a partir do controle patrimonial da entidade e da geração de informações úteis para a tomada de decisão.

A segunda hipótese (H2) contempla a contabilidade como determinante da continuidade da atividade rural. Nesse sentido, buscou avaliar se a contabilidade determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural (CCS \rightarrow COA). Os resultados foram significativos ($\beta = 0,233$, $t = 2,386$, p-valor = 0,017), suportando a hipótese levantada. Para Rech et al. (2021) o interesse do sucessor em permanecer na atividade rural está relacionado com o potencial econômico do negócio e a forma de governança familiar o que corrobora o presente achado.

Esse resultado é suportado por Foguesatto et al. (2020), que salientam que os produtores rurais que utilizam uma ferramenta contábil para gerenciar suas propriedades tendem a ser mais propensos a acreditar no sucesso da sucessão familiar. Além disso, o controle contábil aumenta a probabilidade de sucesso econômico das atividades rurais, o que reflete positivamente na sucessão (Simionatto et al., 2018). Isso demonstra a importância que a contabilidade tem para a gestão das propriedades rurais. Promovendo implicações para os produtores rurais e profissionais da contabilidade, em contraponto ao verificado na literatura, quando, ainda, existe uma menor utilização dessa ciência para questões gerenciais (Fonseca et al., 2015). Segundo Marion (2018) a contabilidade deve ser vista, além de atender ao fisco, mas como um suporte para o processo de decisão dos produtores rurais, o que sustenta a H2. Diante disso, pode-se concluir que a contabilidade é relevante tanto para a continuidade da atividade rural quanto para a sucessão familiar rural.

A contabilidade auxilia no planejamento e na organização econômico-financeira da empresa rural, além de gerar informações para análise dos resultados (Kruger et al., 2020). Com isso, melhora a gestão e desperta o desejo da continuidade da atividade rural (Kruger et al., 2020).

A propriedade rural precisa ser administrada como qualquer empresa, dando importância às formas de gerir as etapas dos cultivos e o comércio dos produtos (Brandt et al., 2020), tanto quanto às ferramentas que possam auxiliar os processos de sucessão e continuidade da entidade, como a contabilidade (Kruger et al., 2018; Silva et al., 2020; Souza et al., 2020).

As hipóteses H3 e H4 avaliaram a capacidade de absorção potencial e a capacidade de absorção realizada como determinantes para a sucessão familiar rural. Para Micheels & Nolan (2016), as trocas de conhecimentos entre gerações podem facilitar a inovação dentro da propriedade rural por meio dessas capacidades de absorção. Tais incentivos familiares são fatores importantes para estimular a sucessão rural (Foguesatto et al., 2020). São capacidades que influenciam no interesse dos sucessores em assumirem o comando da empresa (Santos et al., 2021).

A capacidade absorptiva é potencial quando a empresa e os indivíduos possuem conhecimento que foi adquirido e assimilado, porém se encontra parado, sem utilidade (Cassol et al., 2014). Diante disso, a terceira hipótese (H3) buscou avaliar se a capacidade de absorção potencial determina significativa e positivamente a sucessão familiar rural (CAP → SFR). Para o modelo pesquisado os resultados não foram significativos ($\beta = 0,135$, $t = 1,357$, $p < 0,05 = 0,175$), rejeitando-se essa hipótese.

A capacidade de absorção realizada como determinante para a sucessão familiar rural corresponde a quarta hipótese testada. Nessa capacidade a preocupação volta-se à transformação e aplicação do conhecimento, dando-lhe uma utilidade e contribuindo para o crescimento da empresa (Zahra & George, 2002). Diante disso, buscou-se avaliar se a capacidade de absorção realizada determina significativa e positivamente a sucessão familiar rural (CAR → SFR). Os resultados não foram significativos ($\beta = 0,136$, $t = 1,498$, $p < 0,05 = 0,134$), rejeitando-se a H4.

Os resultados auferidos para H3 e H4 indicam que para os produtores rurais pesquisados a capacidade que a empresa tem de adquirir, assimilar, transformar e aplicar os conhecimentos externos não influenciam na sucessão familiar rural, não sendo a capacidade absorptiva um fator determinante para esse processo. Isso contrapõe o resultado de Santos et al. (2021), que verificaram relação direta e positiva das capacidades absorptivas com a intenção dos jovens em assumirem a gestão dos empreendimentos rurais (sucessão).

Pode-se concluir, com base no presente modelo, que as capacidades de absorção não se mostraram determinantes para a sucessão familiar rural. No entanto, isso não quer dizer que as organizações não devem levar em consideração indivíduos preparados para assumir o comando, que saibam reconhecer, assimilar e se adaptar ao mercado (Gellynck et al., 2014). Segundo Cohen & Levinthal (1990), pessoas preparadas para enfrentar as necessidades de recursos e melhorar o desempenho, são fatores que uma propriedade rural necessita. Cabe destacar que os sucessores são ensinados a trabalhar e não dar continuidade à gestão da propriedade rural (Reis, 2006). Logo, as capacidades absorptivas podem contribuir para a sobrevivência da propriedade diante do processo sucessório, a fim de dar continuidade na atividade rural com as gerações futuras (Costa et al., 2015).

As últimas hipóteses (H5 e H6) avaliaram a capacidade de absorção potencial e a capacidade de absorção realizada como determinantes para a continuidade da atividade rural. Para Santos et al. (2021), a continuidade da atividade rural pode ser entendida por meio da capacidade de absorção. Conforme Santos & Kieling (2020), o êxodo rural traz efeitos negativos para o campo e para a sociedade em geral, que depende dele para se alimentar e movimentar a economia. Diante disso, é necessário identificar fatores que possam favorecer a continuidade da atividade rural. A partir disso, a H5 tratou da capacidade de absorção potencial como determinante da continuidade da atividade rural. Ou seja, se a capacidade de adquirir e assimilar conhecimentos externos são determinantes para a continuidade na atividade rural. Assim, H5 buscou avaliar

se a capacidade de absorção potencial determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural (CAP → COA). Os resultados foram significativos ($\beta = 0,242$, $t = 2,204$, $p\text{-valor} = 0,028$), suportando a hipótese.

A sexta hipótese abordou a capacidade de absorção realizada como determinante da continuidade da atividade rural. Ou seja, verificou-se se a capacidade de transformar e explorar o conhecimento é determinante para a continuidade da atividade rural. A transformação significa reconhecer e combinar o conhecimento existente com o adquirido, e a exploração, é a capacidade de expandir as competências e criar a partir desse conhecimento (Zahra & George, 2002). Com isso, a H6 buscou avaliar se a capacidade de absorção realizada determina significativa e positivamente a continuidade da atividade rural (CAR → COA). Os resultados não foram significativos ($\beta = 0,174$, $t = 1,702$, $p\text{-valor} = 0,089$), rejeitando essa hipótese.

Nesse sentido, considera-se que para os produtores rurais pesquisados, diante do modelo avaliado, a continuidade da atividade rural é determinada apenas pela capacidade de absorção potencial. Ou seja, apenas os conhecimentos externos que são adquiridos e assimilados influenciam na continuidade da atividade rural. A capacidade absorptiva potencial é desenvolvida por meio de fontes externas de conhecimento e da experiência, ocasionando na aquisição, que é a capacidade de valorizar, identificar e adquirir; e na assimilação, que é a capacidade de analisar, processar e compreender, desse conhecimento (Zahra & George, 2002).

Por fim, com base no modelo teórico proposto pode-se concluir que a contabilidade é um determinante para a sucessão familiar rural e para a continuidade da atividade rural, e que a capacidade de absorção potencial é um determinante para a continuidade da atividade rural. Cabe destacar que não foi possível aceitar as capacidades de absorção potencial e realizada como determinantes da sucessão familiar rural e nem a capacidade de absorção realizada como uma influenciadora da continuidade da atividade rural.

Isto posto, a Figura 4 demonstra o modelo estrutural final pesquisado.

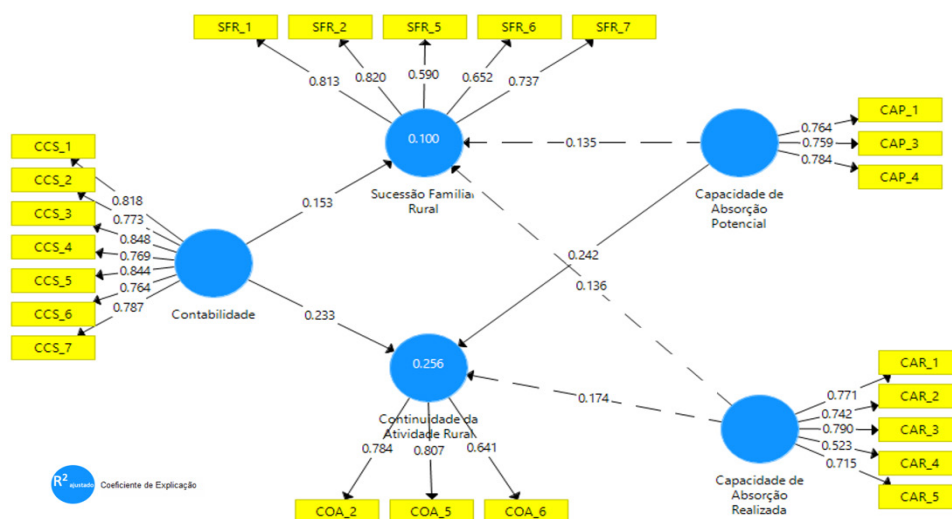


Figura 4 - Modelo estrutural final dos determinantes da sucessão familiar e continuidade da atividade rural

Nota. VO: cargas fatoriais externas; VL: R² ajustado; Modelo interno: coeficientes estruturais.

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Na Figura 4, observando o modelo estrutural final, apresentaram-se as relações positivas e significativas para as variáveis latentes pesquisadas. Com base no modelo verifica-se que a dimensão contabilidade explica 10% da sucessão familiar rural, e que contabilidade e capacidade de absorção potencial explicam 25,6% da continuidade da atividade rural.

Por fim, na Tabela 13, foi avaliado o grau de acurácia do modelo final pelo método de *Blindfolding*, por meio da relevância preditiva (Q^2).

Tabela 13 - Relevância Preditiva

Modelo	SQO ^a	SQE ^b	$Q^2 = 1 - (SQE/SQO)$
Sucessão Familiar Rural	1.000.000	950.705	0,049
Continuidade da Atividade Rural	600.000	529.606	0,117

Nota. ^aSQO = soma dos quadrados observados; ^bSQE = soma dos quadrados dos erros.

Fonte: Elaborado pelos autores no SmartPLS® software, v. 3.3.3 (Ringle et al., 2015).

Analisando a Tabela 13 constata-se que para o constructo de Sucessão Familiar Rural o grau de acurácia é considerado fraco ($0,01 \leq Q^2 \leq 0,075$). Enquanto para a Continuidade da Atividade Rural há validade preditiva em grau classificado como moderado ($0,075 < Q^2 \leq 0,25$) (Chin, 2010; Hair Junior et al., 2017; Lopes et al., 2020).

Diante disso, conclui-se que o modelo de mensuração apresentou validade convergente, consistência interna e validade discriminante. Posteriormente, para o modelo estrutural não se verificou problemas de colinearidade. A avaliação do tamanho do efeito constatou efeitos pequenos. O poder de explicação do modelo para a Continuidade na Atividade Rural é forte, e para a Sucessão Familiar Rural é considerado moderado. Sendo a sucessão determinada pela contabilidade; e a continuidade da atividade rural influenciada pela contabilidade e pela capacidade de absorção potencial. Por fim, a partir da validade preditiva foi verificado que o modelo apurado é relevante.

Cabe destacar que o modelo validado se limita às variáveis e constructos pesquisados. Nesse sentido, é preciso enfatizar que podem existir outros potenciais determinantes para sucessão familiar e continuidade na atividade rural, como a renda (Foguesatto et al., 2020), os incentivos familiares (Pessotto et al., 2019), o tamanho das propriedades rurais (Foguesatto et al., 2020), o nível de escolaridade (Foguesatto et al., 2020) e o número de filhos (Cavicchioli et al., 2015). Essas variáveis incentivam a realização de novas pesquisas e o aprofundamento do estudo sobre sucessão familiar rural e continuidade na atividade rural.

5 Conclusões

Neste estudo foi questionado se a contabilidade e as capacidades de absorção (potencial e realizada) são determinantes para o processo de sucessão familiar e a continuidade da atividade rural. Por meio da modelagem de equações estruturais constatou-se que a contabilidade é um determinante para a sucessão familiar rural e para a continuidade da atividade rural, e que a capacidade de absorção potencial é um determinante para a continuidade da atividade rural. Porém, não foi possível validar as capacidades de absorção, potencial e realizada, como determinantes da sucessão familiar rural e nem a capacidade de absorção realizada como um determinante para a continuidade da atividade rural. Diante disso, alcançou-se o objetivo geral estipulado. Saliencia-se que no modelo validado 10% da sucessão familiar rural é explicada pela contabilidade, e 25,6% da continuidade da atividade rural pode ser explicada pela contabilidade e pela capacidade de absorção potencial.

A pesquisa apresenta distintas contribuições. Para o meio acadêmico promove avanço da literatura sobre as temáticas pesquisadas, reduzindo lacunas presentes entre a capacidade de absorção, contabilidade, sucessão e continuidade da atividade rural, temáticas pouco retratadas em conjunto. O estudo também contribuiu para com a classe profissional contábil, realçando a importância da prática da contabilidade junto ao agronegócio, principalmente na gestão das propriedades rurais, desenvolvendo dados para tomada de decisões relacionadas às temáticas de sucessão e continuidade. Como também, a potencialidade da capacidade de absorção em auxiliar na sucessão familiar e na continuidade da atividade rural.

A pesquisa tem como limitação o recorte transversal e, que a coleta se limitou aos produtores rurais da região central do Rio Grande do Sul. A abordagem quantitativa poderá se tornar outra limitação, pelo fato de se restringir às variáveis pesquisadas, bem como, se limitando às análises estatísticas realizadas. Ainda, no desenvolvimento da pesquisa outra limitação enfrentada refere-se à aplicação dos questionários em meio à pandemia, com dificuldade de acesso junto aos produtores rurais, que ainda possuem acesso restrito à internet e tecnologias de informação, refletindo em uma amostra de pesquisa menor. Além disso, relata-se a escassez de estudos que contemplatessem além da sucessão e das capacidades absorptivas, a contabilidade.

Diante disso, sugere-se aplicar este estudo com novas amostras e regiões brasileiras, demonstrando a importância da contabilidade para o meio rural, proporcionando uma gestão de excelência e propiciando continuidade da empresa e sucessão familiar rural. Para futuras pesquisas estudos longitudinais são encorajados, assim como, abordagens qualitativas que identifiquem demais elementos que possam atribuir e interferir na sucessão e continuidade das atividades das empresas rurais. Outra recomendação é realizar um estudo comparativo, considerando indivíduos que sucederam e que não sucederam os seus pais na atividade rural. Por fim, o aprofundamento teórico sobre as capacidades absorptivas, sucessão familiar e continuidade da atividade rural é motivado na área contábil.

Agradecemos a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), escritório Regional de Santa Maria, e a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Santa Maria pelo suporte na coleta dos dados.

Referências

- Alcântara, N. B., & Machado Filho C. A. P. (2014). O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicase. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 16(1), 139-151.
- Ambrós, V. A. B., Marquezan, L. H. F., Anversa, T. S., & Rigon, L. (2019). Demanda não obrigatória pelo profissional contábil: uma análise no ambiente dos produtores rurais. *Contabilometria: Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 6(1), 104-121.
- Bertoni, D., & Cavicchioli, D. (2016). Process description, qualitative analysis and causal relationships in farm succession. *CABI Reviews*, 11(43), 1-11. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=GB2018800828>
- Brandt, G. T. (2015). *Sucessão familiar em empresa do agronegócio* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/111797/000953686.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Brandt, G. T., Schefer, A. B. B., & Gallon, S. (2020). Sucessão familiar em empresa do agronegócio. *Caderno Profissional de Administração UNIMEP*, 9(1), 112-138.

- Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://www.cadtecempa.com.br/ojs/index.php/httpwwwcadtecempa.combrojsindexphp/article/view/215>
- Cassol, A., Gonçalves, C. R., Santos, A. M., & Ruas, R. L. (2014). Capital intelectual e capacidade absorptiva como propulsores da inovação: estudo de caso no setor de papel e papelão ondulado. In *Anais do Encontro Anual da ANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD. Recuperado em 11 de abril de 2022, de http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/73/2014_EnANPAD_GCT1949.pdf
- Cavicchioli, D., Bertoni, D., Tesser, F., & Frisio, D. G. (2015). Que fatores estimulam a sucessão agrícola intrafamiliar em áreas de montanha? *Research for Development*, 35(2), 152-160. <http://dx.doi.org/10.1659/MRD-JOURNAL-D-14-00107.1>
- Chin, W. W. (2010). How to write up and report PLS analyses. In V. Esposito Vinzi, W. W. Chin, J. Henseler & H. Wang (Eds.), *Handbook of partial least squares: concepts, methods and applications* (pp. 655-690). Heidelberg, Dordrecht, London, New York: Springer.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. (2nd ed.). New York: Psychology Press.
- Cohen, W. M., & Levinthal, D. A. (1990). Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. *Administrative Science Quarterly*, 35(1), 128-152. <http://dx.doi.org/10.2307/2393553>
- Costa, L. S. P., Nunes, S. C., Grzybovski, D., Guimarães, L. O., & Assis, P. A. X. (2015). De pai para filho: a sucessão em pequenas e médias empresas familiares. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(1), 61-82.
- Crepaldi, S. A. (2019). *Contabilidade rural: uma abordagem decisória* (9. ed.). São Paulo: Atlas.
- Dias, E. C., Andrade, M. T. A., & Gomes, F. A. S. (2019). Contabilidade rural: um estudo com pequenos produtores rurais do Sítio Barra no Município de Orós, Ceará- Brasil. *Id on Line: Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 13(43), 164-174. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1489/2256>
- Foguesatto, C. R., Mores, G. V., Kruger, S. D., & Costa, C. (2020). Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. *Land Use Policy*, 97, 104643. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104643>
- Fonseca, R. A., Nascimento, N. F., Ferreira, R. N., & Nazareth, L. G. C. (2015). Contabilidade rural no agronegócio brasileiro. In *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Florianópolis: AEDB. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17922219.pdf>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *JMR, Journal of Marketing Research*, 18(1), 39-50. <http://dx.doi.org/10.2307/3151312>
- Fuchs, J. P. S., Rossetto, C. R., & Carvalho, C. E. (2016). A Influência da capacidade absorptiva realizada no desempenho da PME Vitivinícola. *Desenvolvimento em Questão*, 14(37), 144-167. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.37.144-167>
- Gellynck, X., Cárdenas, J., Pieniack, Z., & Verbeke, W. (2014). Association between innovative entrepreneurial orientation, absorptive capacity, and farm business performance. *Agribusiness*, 31(1), 91-106. <https://doi.org/10.1002/agr.21394>
- Hair Junior, J. F., Babin, B., Money, A. H., & Somouel, P. (2007). *Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Bookman.

- Hair Junior, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6. ed.). São Paulo: Bookman.
- Hair Junior, J. F., Gabriel, M. L. D. S., & Patel, V. K. (2014). Modelagem de Equações Estruturais Baseada em Covariância (CB-SEM) com o AMOS: orientações sobre a sua aplicação como uma ferramenta de pesquisa de marketing. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), 44-55. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v13i2.2718>
- Hair Junior, J. F., Hult, G. T. M., Ringle, C., & Sarstedt, M. (2017). *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. Los Angeles: Sage publications.
- Hofer, E., Borilli, S. P., & Philippsen, R. (2006). Contabilidade como ferramenta gerencial para a atividade rural: um estudo de caso. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 25(3), 5-16. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124269001.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019). *Conheça o Brasil - População: quantidade de homens e mulheres. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 17 de junho de 2022, de <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>
- Keating, N. C., & Little, H. M. (1997). Choosing the successor in New Zealand family farms. *Family Business Review*, 10(2), 157-171. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-6248.1997.00157.x>
- Kruger, S. D., Cecchin, R., & Moraes, G. V. A. (2020). A importância da contabilidade para gestão e continuidade das propriedades rurais. *Custos e Agronegócio on-line*, 16(1), 276-295. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v16/OK%2012%20continuidade.pdf>
- Kruger, S. D., Glustak, E., Mazzioni, S., & Zanin, A. (2014). A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. *Reunir: Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(2), 134-153. <http://dx.doi.org/10.18696/reunir.v4i2.246>
- Kruger, S. D., Mazzioni, S., & Boettcher, S. F. (2009). A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*. Fortaleza: ABC. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/944>
- Kruger, S. D., Silva, M. A. L., Moraes, G. V., & Petri, S. M. (2018). Fatores determinantes para sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. *Extensão Rural*, 25(4), 57-70. <https://doi.org/10.5902/2318179630576>
- Leone, N. G. (2005). *Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado*. São Paulo: Atlas.
- Lopes, L. F. D., Chaves, B. M., Fabricio, A., Almeida, D. M., Obregon, S. L., Lima, M. P., Silva, W. V., Camargo, M. E., Veiga, C. P., Moura, G. L., Silva, L. S. C. V., & Costa, V. M. F. (2020). Analysis of well-being and anxiety among university students. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(3874), 1-23. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17113874>
- Marion, J. C. (2018). *Contabilidade básica* (12. ed.). São Paulo: Atlas.
- Micheels, E. T., & Nolan, J. F. (2016). Examining the effects of absorptive capacity and social capital on the adoption of agricultural innovations: a Canadian Prairie case study. *Agricultural Systems*, 145, 127-138. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2016.03.010>
- Netemeyer, R. G., Bearden, W. O., & Sharma, S. (2003). *Scaling procedures: issues and applications*. Thousand Oaks: Sage.

- Paula Junior, A. (2019). Escolaridade nas zonas rurais da região sul. *Espaço e Economia*, 8(16), 1-12. <http://dx.doi.org/10.4000/espacoeconomia.9900>
- Pessotto, A. P., Costa, C., Schwinghamer, T., Colle, G., & Corte, V. F. D. (2019). Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. *Land Use Policy*, 87, 104045. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104045>
- Raddatz, J. C., Arruda, E. F., Arruda, R. S., & Krüger, C. (2020). O papel do contador na atividade rural: uma análise das fontes de assessoramento contábil. In *Anais do Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade*, Florianópolis: UFSC. Recuperado em 11 de abril de 2022, de http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCF/20200715160824_id.pdf
- Rech, L. R., Binotto, E., Cremon, T., & Thanawit, B. (2021). What are the options for farm succession? Models for farm business continuity. *Journal of Rural Studies*, 88, 272-278. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.022>
- Reis, A. Z. D. (2006). Sucessão familiar no agronegócio. *Revista CESUMAR - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 11(2), 185-207. Recuperado em 25 de janeiro de 2021, de <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/303/147>
- Ringle, C. M., Silva, D., & Bido, D. S. (2014). Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. *REMark: Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), 56-73. <http://dx.doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717>
- Ringle, C. M., Wende, S., & Becker, J. (2015). *SmartPLS 3*. Bönningstedt: SmartPLS GmbH. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <http://www.smartpls.com>
- Santos, C. C., Johann, D. A., Lopes, L. F. D., Bresciani, S. A. T., Padilha, V. W., Munzlinger, A., Pereira, E. W., Andrade, M. A., & Alberti, R. (2021). A capacidade absorptiva individual é preditora da intenção empreendedora na sucessão familiar de propriedades rurais? *Interciência*, 46(2), 65-71. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33966129003>
- Santos, C. C., Teston, S. F., Zawadzki, P., & Lizote, S. A., Machado, H. P. (2020). Capacidade absorptiva individual e intenção empreendedora em sucessores de propriedades rurais. *RAM: Revista de Administração Mackenzie*, 21(3), eRAMR200045. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramr200045>
- Santos, R., & Kieling, R. I. (2020). A atuação do jovem nas cooperativas e a sucessão familiar no agronegócio: o caso do programa aprendiz cooperativo do campo na Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo. *Revista Pleiade*, 14(30), 48-60. <http://dx.doi.org/10.32915/pleiade.v14i30.656>
- Silva, C. R., Souza, A. G., Krüger, C., & Michelin, C. F. (2020). A contabilidade como uma ferramenta para a sucessão familiar: uma análise em um condomínio rural. In *Anais do Congresso UFSC de iniciação científica em contabilidade*. Florianópolis: UFSC. Recuperado em 11 de abril de 2022, de http://ccn-ufsc-cdn.s3.amazonaws.com/10CCF/20200714180831_id.pdf
- Simionatto, F. J., Kruger, S. D., Mazzioni, S., & Petri, S. M. (2018). Indicadores econômico-financeiros da produção leiteira em propriedades rurais familiares. *Custos e Agronegócios Online*, 14(2), 260-282. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v14/OK%2013%20leiteira.pdf>
- Souza, A. G., de Silva, C. R., Krüger, C., Michelin, C. F., & Rossato, M. V. (2020). A contabilidade como ferramenta para a sucessão familiar: percepções de condômino e contador. In *Anais do Congresso Virtual de Administração*. São Paulo: Convibra. Recuperado em 11 de abril de 2022, de <https://convibra.org/congresso/convibra-painel/artigo/22665>

- Ulrich, E. R. (2009). Contabilidade rural e perspectivas na gestão no agronegócio. *RACI: Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU*, 4(9), 1-13. Recuperado em 11 de abril de 2022, de https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/3e5cfc384a21ff293990d94c61120af108_1.pdf
- Zahra, S. A., & George, G. (2002). Absorptive capacity: a review, reconceptualization, and extension. *Academy of Management Review*, 27(2), 185-203. <http://dx.doi.org/10.5465/amr.2002.6587995>

Data de submissão: 11 de abril de 2022.

Data de aceite: 29 de junho de 2022.

Classificação JEL: Q15.